Jornal da unesp

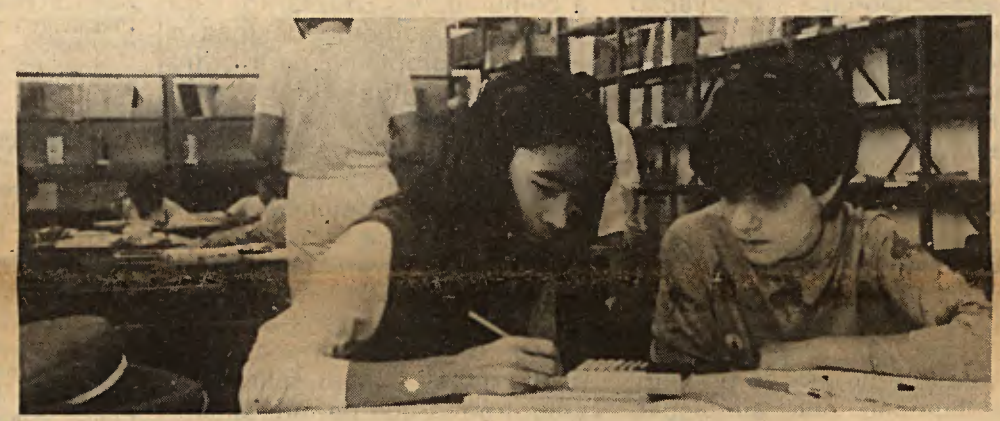
Universidade Estadual Paulista
"Júlio de Mesquita Filho".
Junho/1986
Ano I — nº 7

Faculdade Ciências Farmacêuticas BIBLIOTECA

Pesquisa na Universidade será debatida em simpósios

A situação da pesquisa na UNESP, dez anos depois de sua criação, será discutida durante o segundo semestre, com a realização de seis simpósios divididos por área do conhecimento, em igual número de cidades: Ciências Humanas, em Marília, Exatas e Tecnologia (São José do Rio Preto), Biológicas (Rio Claro), Agronômicas e Veterinárias (Ilha Solteira), Ciências da Saúde (Araçatuba) e Letras e Artes (Assis).

Os simpósios estão sendo organizados pela CAC e por comissões específicas para cada área. E todos os docentes da Universidade estão sendo convidados a participar. (Pág. 5).



ILCSE também participa em assentamento

Tudo começou com o Departamento de Economia Rural; depois, outras áreas da Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias de Jaboticabal também passaram a atuar. Agora, foi a vez do Departamento de Sociologia do ILCSE-Araraquara começar a trabalhar no assentamento rural de Silvânia, onde 86 famílias ganharam o direito de uso de 700 hectares de propriedade do governo do Estado. Através do trabalho de docentes e alunos de graduação e pós-graduação o Departamento de Sociologia pretende acompanhar a história do assentamento.

(Pág. 5).

Reestruturação: comissão conclui texto

A comissão de redação do projeto para o novo estatuto da Universidade concluiu seus trabalhos no dia 13 último, cumprindo o prazo determinado na última sessão do congresso de reestruturação, realizada um mês antes do ILCSE, em Araraquara. Agora, o texto está sendo submetido à apreciação do jurista Carlos Simões e depois será avaliado pela comunidade universitária, que se manifestará na forma de plebiscito.

Choque elétrico, para matar ervas daninhas

Os docentes Augusto Eira e Fernando Almeida, da Faculdade de Ciências Agronômicas de Botucatu, estão trabalhando em uma pesquisa que eles mesmos consideram um "ovo de Colombo": matar ervas daninhas com choques elétricos. A primeira parte do projeto — realizada em laboratório com equipamentos de bancada — já foi concluída, com êxito. Agora, os dois professores estão tentando viabilizar a segunda fase, de testes de campo, o que implica na colocação do "mata mato eletro-eletrônico" em um trator. O objetivo é substituir os agrotóxicos.

(Pág. 12).

Bibliotecas da UNESP. Um debate, nas págs. 10 e 11

HC ampliará cem leitos

O Conselho Universitário aprovou a contratação de 520 novos funcionários para o Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Botucatu, o que possibilitará a ampliação dos atuais 250 leitos para 350 leitos. E a Reitoria liberou à FM Cz$ 800 mil para o projeto de construção dos prédios que abrigarão o Centro Radiológico e o Hemocentro.

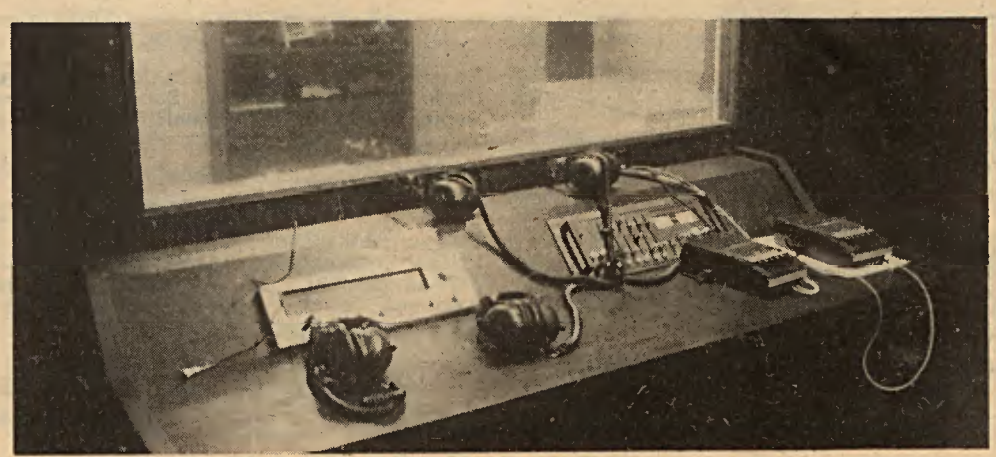
Senador defende reserva de mercado

O senador Severo Gomes — entrevistado desta edição — defende a aplicação da reserva de mercado em outras áreas além da informática para garantir o avanço tecnológico nacional. Para se chegar a isso, porém, ele preconiza a organização da sociedade como forma de garantir ao governo o respaldo para certas decisões. (Págs. 6 e 7).

Centro ajuda no desenvolvimento de crianças

O trabalho conjunto dos departamentos de Psicologia da Educação, Ciência da Educação e de Didática, todos do Instituto de Letras, Ciências Sociais e Educação — ILCSE — está propiciando a aplicação de grandes projetos de Extensão de Serviços à Comunidade. Reunidos no **Ceao** — Centro de Estudos, Assessoria e Orientação Educativa "Dante Moreira Leite" — os três departamentos atuam nas salas especiais da rede oficial de ensino, em uma casa de crianças abandonadas e na elaboração das políticas de educação e saúde da prefeitura de Araraquara.

(Pág. 12)



O Ceao conta com laboratórios especiais para atendimento de crianças

A discussão sobre a Universidade e a semântica

ROGÉRIO C. CERQUEIRA LEITE

Não há concepção mais equivocada do que aquela que interpreta a Universidade como a instituição da sociedade moderna que tem como finalidade o ensino, a pesquisa e os serviços diretos à comunidade. Estas ações não são fins em si mesmas, mas apenas meios eventuais para a consecução dos verdadeiros objetivos da Universidade. Este argumento pode parecer um ocioso jogo semântico. Todavia, ele permite evitar equívocos conceituais que são prejudiciais à compreensão do ideal universitário. São freqüentes, por exemplo, os conflitos sobre o falso dilema da prevalência entre ensino e pesquisa. Quando os verdadeiros objetivos da Universidade, a sua inequívoca missão social, ficam claros, as divergências são removidas.

Portanto, o pressuposto fundamental de nossa discussão é que seja possível tornar inteiramente transparente a natureza da missão social da Universidade. Ora, se a Universidade pôde sobreviver e crescer durante oitocentos ou novecentos anos, é porque existe uma apreciável convergência entre suas ideologias e as expectativas implícitas e explícitas da sociedade referentes às suas responsabilidades e objetivos. Em "As Sete Pragas da Universidade Brasileira" (Duas Cidades, 2ª edição, 1980), examino o processo de assimilação e integração das diferentes ideologias adotadas pela Universidade no correr de sua longa e atribulada história.

Dessas considerações podemos identificar os quatro objetivos fundamentais da Universidade. Na Universidade Medieval, a perene luta pela independência em relação à igreja e a relativa ausência de autoridade escolástica proporcionaram um estado de eqüidade e liberalismo, e de desinibida discussão das questões sociais e políticas. Desse período a Universidade preservou seus objetivos em relação à formulação do pensamento crítico, político e social. Notavelmente, esta missão confiada à Universidade é a mais antiga e arraigada.

Com o advento da imprensa e conseqüente ampliação da autoridade da palavra escrita, já no Renascimento, e com a recuperação da cultura greco-romana, a Universidade agrega uma nova ideologia. Com isso, aceita o papel de guardiã das tradições e da cultura de seu povo e da humanidade. Assume assim como missão adicional a preservação da identidade nacional.

Com a revolução industrial, a Universidade inicia uma nova fase, incorporando ao seu ideário a valorização das ciências exatas e da tecnologia. A Universidade abre então um espaço privilegiado para a pesquisa e transforma-se em importante instrumento do progresso técnico. Com isto, assume a Universidade uma nova responsabilidade quanto à promoção do bem-estar humano, pela ampliação do conhecimento e do controle da natureza pelo homem. Enfim, já neste século, a Universidade vem progressivamente estendendo sua atuação em prol da melhoria da qualidade de vida dos membros da comunidade em que está ela inserida por intermédio de ações diretas.

Uma Universidade moderna tem, em resumo, como finalidades básicas: 1) promoção do pensamento crítico; 2) a preservação da cultura e da identidade nacional; 3) a expansão das fronteiras do conhecimento científico e técnico; 4) a melhoria da qualidade de vida.

Para alcançar esses quatro objetivos, a Universidade exerce uma série de atividades que são freqüentemente enquadradas em três categorias: ensino, pesquisa e serviços. Essas são as práticas tradicionais que servem como meios para alcançar os objetivos mencionados acima. Equívocos como o de uma eventual prioridade da pesquisa sobre o ensino, ou vice-versa só ocorrem quando confundimos meios e fins. Acontece apenas que, quase sempre, escolhida uma hierarquia entre os objetivos fundamentais que melhor servem ao momento histórico específico, a mescla das práticas intermediárias incluem sempre atividades de pesquisa e de ensino e, eventualmente, de prestação direta de serviços à comunidade. Entretanto, esta percepção somente desloca o fulcro do problema para outro campo conceitual. Há um outro conjunto de conceitos que interferem na discussão sobre os objetivos da Universidade, como, por exemplo, excelência, qualidade e, mais recentemente, descentralização, participação, tolerância, pluralismo etc. Obviamente, não constitui a excelência (ou a qualidade) uma finalidade em si e nem tampouco uma prática que permite alcançar qualquer objetivo. Esses vocábulos designam fatores condicionantes, tão-somente. É possível, em certas circunstâncias, alcançar alguns dos objetivos maiores da Universidade dispensando a participação, por exemplo, ou a tolerância, ou ainda o pluralismo. Mais difícil seria preencher as finalidades da Universidade sem a qualidade. Esta é a condição essencial para a Universidade, mas não é a sua finalidade, como muitos parecem supor.

O autor é docente na UNICAMP e membro do Conselho Editorial da "Folha de São Paulo", jornal onde este artigo foi originariamente publicado.

O Leitor

Novos cursos

A reforma de 1976, que reuniu os Institutos Isolados de Ensino Superior na UNESP, cortou ou remanejou cursos das unidades, a pretexto de concentrar massa crítica, bem como limitou os recursos materias que dinamizam a pesquisa e a docência, evitando a duplicação de recursos para os mesmos fins nos distritos em que a Universidade foi dividida.

Os resultados foram desastrosos. Já na ocasião, não foram poucos os que alertavam para o absurdo que significava diminuir cursos e vagas no ensino superior do Estado mais dinâmico da Federação. Curiosamente, só se aplicaram aqueles critérios para os cortes nas unidades que ministravam Humanidades, ficando intocadas as faculdades das áreas técnicas e biológicas. Com isso, houve a diminuição de vagas no ensino superior oficial, enquanto cresciam vertiginosamente as instituições particulares. Foi de propósito?

Mas os tempos são outros e a atual administração da UNESP, nesses dois anos e meio que lhe restam, tem que enfrentar essa situação, ampliando o número dos cursos. Há pedidos provenientes de toda parte, todos com justificativas técnicas, o que os tornam irrecusáveis. A decisão no entanto, tem que ser política e tomada às claras, sem beneficiar uma ou outra unidade na "surdina", como foi feito na administração anterior.

Novos cursos significarão o reforço da escola superior pública e gratuita no interior do Estado, objetivo este que cabe principalmente à UNESP, no esforço pela democratização do ensino. **Dióres Santos Abreu**, docente no IPEA, Presidente Prudente.

Cargos e funções

Na condição de representantes do pessoal técnico administrativo — indicados ao Reitor pela FESUNESP —, informamos aos servidores que concluímos nosso trabalho a respeito do Decreto de Reclassificação de Cargos e Funções da UNESP. Esperamos que os trabalhos da Comissão não tenham sido em vão, nem as propostas que os colegas servidores nos encaminharam dos diversos campi.

Gostaríamos de esclarecer a todos que nossa finalidade foi a de apresentar estudos referentes aos decretos do governo estadual, e não a elaboração de um novo projeto, já que os que haviam sido apresentados foram rejeitados. Com a aplicação do Decreto, sofremos um sério achatamento salarial entre as funções, e algumas delas sequer foram lembradas.

Resta contarmos com a boa vontade dos órgãos competentes da Universidade, no sentido de que as medidas internas de amparo legal sejam colocadas em prática, pois para isso temos um grupo técnico competente na UNESP. **Eloi Aparecido Pereira, João Carlos B. Costa, Maria José M. Vattos e Sérgio Grosso.**

Erramos

No número anterior, em legenda na primeira página, informamos que o vereador Marcos Mendonça era o secretário dos Negócios Metropolitanos. Na verdade, Marcos Mendonça é o presidente da Câmara Municipal de São Paulo.

unesp

Órgão da Reitoria da UNESP — Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho".

CONSELHO UNIVERSITÁRIO

Reitor: Jorge Nagle
Vice-Reitor: Paulo Milton Barbosa Landim

Diretores: Roberto Holland, Lourival Larini, Carlos Landucci, Nilo Odália, Waldemar Saffioti, Fernando Manuel de Mendonça, Ricardo Antônio de Arruda Veiga, William Saad Hossne, Waldir Gandolfi, Neivo Luiz Zorzetto, Antonio Quelce Salgado, Antonio Gilberto F. Fernandes, Fernando Mesquita Lara, Wanderley José de Melo, Alvanir de Figueiredo, Amilton Ferreira, Antonio Christofoletti, Sylvio Simões, Marcos Alegre, Hermione Bicudo, Alfredo João Rabaçal, José Ruy Ribeiro.

Representantes Docentes: José Maria Menezes Campos, Percy Sampaio Camargo, Manuel Molina Ortega, Ivaldo Melito, José Guimarães Mello, Hamilton da Rosa Ferreira, Antônio Meresi.

Representantes Discentes: Domingos Carneseca Neto, Eunice Maria Maziero, Ernesto Kenshi Carvalho Maeda, João de Castilho Cação, Francis Werner Raimundo Staduto, Paulo Duarte Leite Prigenzi, Sandra Maria Ferreira, Bento Guerreiro Júnior.
Representante técnico-administrativo: Nivaldo Edson de Mello.

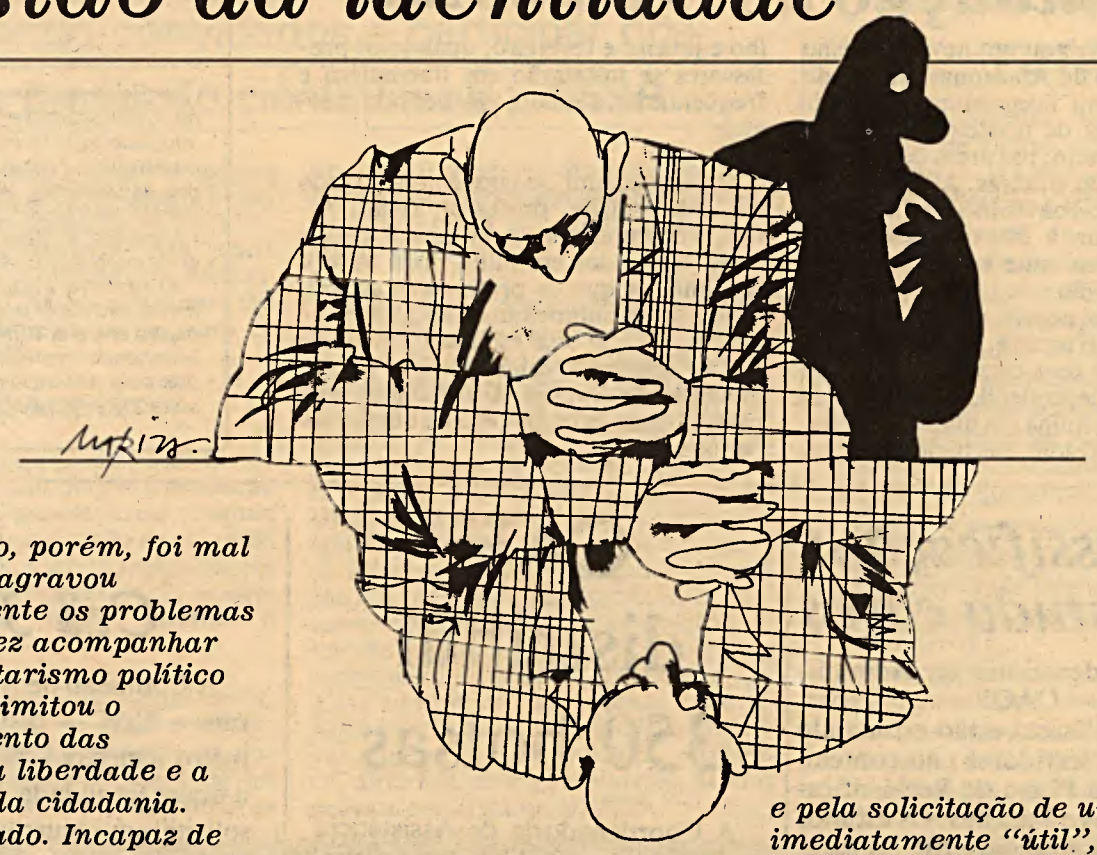
FAESP: Misael De Túlio
FIESP: Carlos Eduardo Uchoa
FCESP: Abram Szajman

Este jornal é elaborado pela Assessoria de Comunicação e Cultura da Reitoria da UNESP. Endereço: Praça da Sé, 108, 4º andar — 01001 — São Paulo. Telefones: (011) 32-7171 (ramais: 184 e 186), 32-7755, 32-7757. **Setor de Comunicação:** José Roberto Ferreira e Adriana Machado. **Setor de Cultura:** Plínio Silva Telles.

Arte: Celso Pupo.

Tiragem: 15.500
A reprodução de artigos, reportagens ou notícias é permitida desde que citada a fonte.
Composição e impressão: Cia. Editora Joruês. Rua Artur de Azevedo 1977 (Pinheiros), São Paulo.

A questão da identidade



Ao longo dos últimos anos, a vida universitária brasileira foi em boa medida dominada pela discussão de dois grandes temas: o da democracia interna e o da falta de verbas. Nada mais compreensível. De fato, reagir contra o autoritarismo que limitava e falseava a representação, subvertia o cotidiano acadêmico e estimulava o predomínio exclusivista de grupos eternizados no poder foi tão inevitável e importante quanto denunciar a asfixia administrativa e a dilapidação do patrimônio universitário derivadas da restrição orçamentária e das dificuldades financeiras das instituições de ensino superior, públicas e privadas.

Tão dominantes foram esses temas que pouco tempo e energia sobraram para o exame criterioso de diversas outras questões que apenas aparentemente deixaram de estar no centro da vida universitária dos anos 70 e 80. Tais temas, por sua dimensão propriamente didático-pedagógica e por suas implicações sociais, formam o que se poderia chamar de questões de fundo de qualquer reflexão séria sobre a universidade. Não serão automaticamente resolvidas pelo avanço da democracia nem dependem com exclusividade de maiores dotações orçamentarias ou de uma nova mentalidade administrativa. Estão elas referidas à "crise de identidade" por que passa a universidade como instituição. Exatamente por isso, não podem ser relegadas a um plano secundário.

Talvez estejamos aqui diante do mais grave problema do nosso ensino superior. Por ser global e estar revestida de caráter doutrinário, a crise atinge os múltiplos aspectos da vida universitária. Em sua base, as bruscas e rápidas transformações econômico-sociais e culturais das últimas décadas. Alcançado por um intenso desenvolvimento capitalista, o Brasil tornou-se contemporâneo no mundo. A modernização, porém, foi mal direcionada, agravou dramaticamente os problemas sociais e se fez acompanhar de um autoritarismo político que coibiu e limitou o desenvolvimento das instituições, a liberdade e a organização da cidadania. Tudo foi afetado. Incapaz de acompanhar o ritmo das mudanças e a alteração das expectativas sociais, a universidade enrijeceu-se. Burocratizou-se e não pôde evitar que entre ela e a sociedade se abrisse um grave descompasso. Ficou em más condições inclusive para programar-se e enfrentar o futuro.

Evidente que a "crise de identidade" se alimenta da falta de autonomia e democracia interna e da carência de recursos. Mas não será eficazmente enfrentada sem a consideração criteriosa dos problemas de natureza "técnica" (e referentes exatamente à identidade) que lhe estão no cerne. Como se sabe, até mesmo em decorrência da indissociação entre ensino e pesquisa imposta em 1968 — que, por exemplo, levou à proliferação desordenada de cursos de pós-graduação e à generalização da pesquisa "burocrática" — o ensino de graduação e a própria dimensão didático-pedagógica da vida universitária acabaram rebaixados a um segundo posto. O professor como tal deixou de ser valorizado e as situações de sala de aula passaram a ser tratadas como "menores" ou "menos nobres", irremediavelmente menos importantes que aquelas vinculadas aos laboratórios ou à investigação científica. Com isso, não se deu tanta atenção quanto necessário aos problemas próprios da universidade como instituição específica, referentes à própria concepção de ensino superior, às implicações pedagógicas e didáticas da estruturação departamental, aos conteúdos programáticos e à organização curricular dos diversos cursos, ao caráter dos profissionais que se quer formar.

Sem considerar tais problemas — passo decisivo, por exemplo, para fundar uma consistente política de graduação, assunto hoje em discussão na UNESP — certamente não nos capacitaremos para responder aos desafios postos à universidade de hoje. Que papel deve ela desempenhar neste fim de século em que as transformações científicas, tecnológicas e culturais se anunciam tão rápidas e radicais? Como combinar, em seu interior, a preservação das grandes tradições "clássicas" da ciência, da arte e da filosofia com as exigências de especialização e a multiplicação ininterrupta de novos campos e métodos de investigação? Como fazer, enfim, para manter viva a natureza universal da universidade num quadro marcado pelo particularismo e pela solicitação de um saber imediatamente "útil", pela fragmentação das disciplinas e pela diluição da perspectiva interdisciplinar?

Dar centralidade ao exame desses desafios (que evidentemente não são os únicos) talvez seja uma das maneiras de dar maior significado às nossas justas e inadiáveis reivindicações de caráter material e democrático. Ao que tudo indica, por esta trilha passará muito do futuro da própria democratização em curso na universidade brasileira. Afinal, democratizar o acesso ao ensino superior, transformar o sistema de poder e alargar a participação dos segmentos universitários na vida das instituições somente serão momentos de um processo bem sucedido se reverterem em benefício daquele que é o objetivo precípuo da universidade: fornecer um ensino de alta qualidade, realizar pesquisas de relevância social e elevado padrão científico, formar profissionais competentes, criativos, polivalentes e com largueza de visão, capazes de se inserirem num mercado de trabalho dinâmico e congestionado.

Sem este desfecho e sem esta articulação, a "crise de identidade" restará intocada e acabará até mesmo por comprometer o próprio ideal da democracia.

UNESP amplia atuação no Amazonas

A UNESP assinou um novo convênio com o governo do Amazonas, destinado à formação, em licenciatura curta, de 150 professores de primeiro e segundo graus desse Estado, nas áreas de Estudos Sociais, Ciências e Letras. A cidade-sede de execução do convênio será Itacoatiara — localizada a 250 quilômetros de Manaus — para onde se dirigirão professores da região.

Assim como ocorre com o Campus Avançado de Humaitá, os docentes da UNESP darão seus cursos em duas ou três semanas, dependendo do número de créditos da disciplina em questão. As aulas serão ministradas nos períodos de julho e janeiro e fevereiro, quando os professores se instalarão em Itacoatiara e freqüentarão a escola em período integral.

O coordenador do convênio pelo lado da Universidade, professor Telmo Arrais, informou que os primeiros cursos serão oferecidos em julho, logo após o vestibular a que os professores amazonenses serão submetidos. E o interesse é grande, já que esse esquema é o único que se apresenta como possível para a obtenção do diploma de graduação num Estado onde existem poucos cursos superiores.

ATDs se reúnem mensalmente

A Reitoria, através da Secretaria Geral, vem promovendo, desde junho do ano passado, reuniões mensais com os Assistentes Técnicos de Direção de todas as unidades. A iniciativa, até então inédita na UNESP, ainda está em fase de integração e desenvolvimento mas alguns progressos já se fizeram sentir.

O objetivo inicial é, através das reuniões, provocar a aproximação das unidades entre si e destas com a Reitoria, eliminando assim os problemas provocados pela distância geográfica. Como resultado, estão se padronizando as rotinas desenvolvidas nas unidades e na Reitoria e também se propondo procedimentos comuns nos assuntos mais complexos, como transferência de alunos na graduação, contagem de créditos na pós-graduação, equivalência de títulos e outros.

As reuniões, realizadas na Reitoria, contam ainda com a participação de outros órgãos, como a CPRT e a Assessoria Jurídica, quando necessário, para aprimorar a orientação e dissipar dúvidas.

Reclassificação: DP estuda casos

A Coordenadoria da Administração Geral — CAGE — e o Departamento de Pessoal estão estudando os casos dos servidores não contemplados com o Plano de Reclassificação de Cargos e Funções. Os estudos serão remetidos ao Governo do Estado.

• A Assessoria de Planejamento e Orçamento — APLO — se reuniu no dia 9 último com os diretores administrativos das unidades com o objetivo de discutir a proposta orçamentária para o ano que vem e esclarecer os procedimentos a serem adotados.

• A Coordenadoria de Assistência ao Estudante — CAE — já aprontou o projeto que cria a monitoria na UNESP, a ser enviado ao C.O.

•"Aventuras na sala de aula" é o título de um folhetim a ser publicado por um grupo de docentes que começou a discutir o ensino de graduação. Os interessados devem se comunicar com a Secretaria Geral (6º andar do prédio principal da Reitoria).

CPE libera verba para projetos de pesquisa

A Comissão de Projetos Especiais — CPE — está destinando neste ano Cz$ 620 mil para projetos de pesquisa de docentes da UNESP, sendo Cz$ 519 mil para a compra de material de consumo e o restante para a contratação de serviços. Foram apresentados 110 projetos e 51 puderam ser atendidos. Este é o quinto ano de atuação da CPE, que foi criada em 1982.

Novo diretor em Franca

O professor Antônio Quelce Salgado é o novo diretor da Faculdade de Direito, História e Serviço Social de Franca — FHDSS —, em substituição a Manuel Nunes Dias. A cerimônia de posse foi realizada dia 13, na Reitoria, com a presença de alunos e professores.

Na consulta realizada junto à comunidade acadêmica Quelce foi o mais votado, o mesmo acontecendo na eleição da Congregação. O novo diretor é docente do Departamento de Psicologia, no campus de Assis.

CAE distribui 350 bolsas

A Coordenadoria de Assistência ao Estudante — CAE — está distribuindo 350 bolsas de estudos a alunos de graduação de todas as unidades da UNESP, no valor de meio salário mínimo, de março a dezembro. A distribuição atendeu a vários critérios, principalmente quanto à situação financeira do estudante; a primeira seleção foi realizada na própria unidade.

As bolsas — antes remetidas pela CAE aos alunos através de ordem bancária — passarão, a partir de agora, a ser pagas pela diretoria da unidade, que recebe os recursos da Coordenadoria.

CAC destina Cz$ 307 mil para eventos

A Comissão de Atividades Culturais — CAC — distribuiu neste primeiro semestre Cz$ 307.457,00 para a quase totalidade das unidades que solicitaram recursos para a realização de eventos. Deixaram de ser atendidos os pedidos de material de consumo e de passagens aéreas.

Como a grande maioria dos pedidos foi para eventos de complementação curricular — encontros de professores, jornadas acadêmicas e cursos, entre outros — a CAC está solicitando que nos novos pedidos as verbas sejam destinadas para atividades especificamente culturais. Isto é, eventos relacionados à literatura, cinema, teatro, música e outras formas de expressão da arte

Convênio FMVZ-Fipec

A FMVZ — Botucatu firmou um convênio com o Banco do Brasil, de quem receberá Cz$ 697.152,00 através do Fundo de Incentivo à Pesquisa Técnico-Científica (Fipec). Com o auxílio, a Faculdade vai estudar o comportamento produtivo e reprodutivo de cinco raças de ovinos e seus mestiços nas condições da região Centro-Sul de São Paulo. O responsável técnico do convênio é o professor Edson Ramos de Siqueira e a expectativa é que a FMVZ se torne um pólo difusor da tecnologia de criação e manejo das raças pesquisadas.

Conselho Universitário condena censura

A apreensão de uma cópia em videocassete do filme "Je vous salue Marie", de Jean Luc Goddard, no IBILCE — São José do Rio Preto, foi discutida pelo Conselho Universitário, que condenou o ato, praticado por dois agentes da Polícia Federal. O C.O. redigiu uma "Moção contra a censura", enviada ao presidente José Sarney e aos ministros Jorge Bornhausen, da Educação, Celso Furtado, da Cultura, e Paulo Brossard,da Justiça. E a Reitoria constituiu um advogado para intervir em favor dos alunos e funcionários do IBILCE que estão sendo responsabilizados pela Polícia Federal.

A íntegra da "Moção contra a censura" é a seguinte:

O Conselho Universitário da Universidade Estadual Paulista "Julio de Mesquita Filho" (UNESP), reunido no dia 8 de maio de 1986, tomou conhecimento dos seguintes fatos:

No dia 29 de abril, próximo passado, os estudantes do Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas de São José do Rio Preto da UNESP promoveram a exibição, em recinto universitário, do filme "Je vous salue Marie", de Jean Luc Goddard;

Ao fim da exibição, a Polícia Federal, sem ser autorizada por qualquer autoridade universitária, impediu, através de apreensão da cópia do filme, a possível continuidade dessa atividade cultural.

O Conselho Universitário da UNESP, à vista desses acontecimentos, que configuram uma ofensa aos princípios da autonomia universitária e da liberdade de pensamento e de criação artística e científica — fundamentos tradicionais da atividade universitária;e

Considerando que a censura ao filme "Je vous salue Marie", por incentivar uma legítima desobediência civil em defesa de princípios básicos para a atividade intelectual;

Considerando que a invasão do Campus da Universidade fere a autonomia universitária, privilégio que possibilitou a criação das universidades do mundo ocidental; e

Considerando que cabe à Universidade zelar para que as condições de criação artística e científica sejam as mais livres e democráticas,

Resolve:

1º) Solicitar ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República a evogação do ato que impede a exibição, em território nacional, do filme "Je vous salue Marie" do cineasta francês Jean Luc Goddard;

2º) Solicitar ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Justiça que instrua a Polícia Federal no sentido de não interferir nas atividades culturais normais da Universidade brasileira;

3º) Solicitar que sejam arquivados, a nível nacional, todos os processos em que se achem envolvidos professores, estudantes, operários, profissionais liberais e outros cidadãos, em virtude desse ato de censura.

A pesquisa na UNESP

Todos os docentes estão sendo convidados a participar dos simpósios que avaliarão a produção científica na UNESP

Faz dez anos que os Institutos Isolados de Ensino Superior do Estado de São Paulo foram transformados em unidades universitárias da UNESP, mudando assim tanto a conformação administrativa quando o caráter científico daqueles ex-Institutos: a Cesesp (Coordenadoria de Ensino Superior) deu lugar a uma Reitoria; a característica de atuação individual (isolada) foi substituída pela inserção das novas unidades em um conjunto, em uma Universidade. Antes, cada Instituto era o universo de si próprio; hoje, cada unidade é parte integrante e interligada a um universo maior.

Mas, passados dez anos dessas mudanças, como está hoje a produção científica da UNESP? Que tipo de pesquisa se faz? Prevalece o trabalho individual ou grupal? Há intercâmbio entre as unidades? Um docente de uma determinada área tem conhecimento do que seus colegas estão pesquisando?

Essas e outras perguntas poderão ter resposta no segundo semestre, quando serão realizados seis grandes simpósios com o objetivo de se fazer uma reflexão sobre a produção científica na UNESP. A iniciativa, da Reitoria, está sendo coordenada pela Comissão de Atividades Culturais — CAC — e faz parte das atividades que marcam os dez anos de criação da UNESP.

SEIS ÁREAS

Para realizar esse grande balanço da pesquisa, a CAC sub-dividiu a produção científica em seis grandes áreas, criando comissões para organização e realização de cada simpósio, a serem realizados em cidades e datas diferentes. (veja os quadros; as datas estão sujeitas a mudanças).

As comunicações estão sendo enviadas aos diretores de unidades e a CAC solicita a participação de todos os docentes, o que ajudará a formação de um painel completo da situação. Todas as despesas (transporte, hospedagem e alimentação) serão pagas pela própria Universidade e por um órgão de financiamento de pesquisa.

A realização dos simpósios atenderá, entre outros, aos seguintes objetivos: divulgar a produção do conhecimento relativa às grandes áreas do saber; promover o entrosamento entre docentes-pesquisadores de cada uma das grandes áreas e de áreas afins; obter um diagnóstico sobre a atividade de pesquisa na UNESP, desde o início do seu desenvolvimento; realizar uma avaliação crítica do desempenho do investigador em relação aos temas pesquisados; debater o desenvolvimento de temas de pesquisa de relevância teórica e social; favorecer a formulação de grandes projetos de pesquisa ao nível da Universidade entre departamentos ou entre unidades e incentivar estudos multidisciplinares; estabelecer diretrizes para a formulação de uma política científica na UNESP.

CIÊNCIAS HUMANAS

Data: 27 a 30 de agosto
Local: Marília

Comissão Organizadora

Wilcon Jóia Pereira — ILCSE Araraquara
José Carlos Barreiro — ILHP Assis
Mário Sérgio Vasconcelos — ILHP Assis
Jairo Gonçalves Melo — IPEA P. Prudente
Celestino Alves da Silva — FEFCSD Marília
Eli Pimenta — FEFCSD Marília
Teresa Maria Malatian — FHDSS Franca

CIÊNCIAS EXATAS E TECNOLOGIA

Data: 17 a 19 de setembro
Local: São José do Rio Preto

Comissão Organizadora

Helena H. Otani Sakamoto — IPEA P. Prudente
Nelson Múrcia — FE Guaratinguetá
Celso Augusto F. Graner — IQ Araraquara
Paulo Yamamura — FATEC S.Paulo
Suely do Carmo S. Ceron — IBILCE S.J.Rio Preto
José Francisco L. Filho — IBILCE S.J.Rio Preto
José Humberto Barcelos — IGCE Rio Claro
Maria Lúcia L. Wodewotzki — IGCE Rio Claro
Antonio Lima Santos — IGCE Rio Claro

CIÊNCIAS BIOLÓGICAS

Data: 8 a 10 de outubro
Local: Rio Claro

Comissão Organizadora

Flávio Henrique Caetano - IB Rio Claro
Luis Antonio Toledo - IBBMA Botucatu
Luiz Marcelo de Carvalho - IB Rio Claro
Marileila Varella Garcia - IBILCE S.J.Rio Preto
Regina Lúcia Morelli S. de Moraes - IB Rio Claro
Romeu Cardoso Guimarães - IBBMA Botucatu
Suzana de Souza Q. Tonete - FM Botucatu
Valdir Antonio Taddei - IBILCE S.J.Rio Preto

CIÊNCIAS DA SAÚDE

Data: 5 a 8 de novembro
Local: Araçatuba

Comissão Organizadora

Mário Roberto Leonardo - FO Araraquara
Antonio Cesar P. de Carvalho - FO Araraquara
Delse Pasetto Falcão - FCF Araraquara
Clarice Q. Fujimura Leite - FCF Araraquara
Álvaro Oscar Campana - FM Botucatu
Helga Verena Leoni Maffei - FM Botucatu
Mário Tsunezi Shimizu - FO S.J.dos Campos

AGRÁRIAS E VETERINÁRIAS

Data: 8 a 11 de dezembro
Local: Ilha Solteira

Comissão Organizadora

Carlos Augusto Morais e Araújo - FE Ilha Solteira
Fernando Mendes Pereira - FCAV Jaboticabal
Joji Arik - FCAV Jaboticabal
José Ricardo Machado - FCA Botucatu
Luís Eustáquio L. Pinheiro - FCAV Jaboticabal
Cid Figueiredo - FMZV Botucatu
José Jorge Gebara - FCAV Jaboticabal

LETRAS E ARTES

Data: 15 a 18 de outubro
Local: Assis

Comissão Organizadora

Ana Maria G. Leal — S.J.R.Preto
Roberto Gomes Camacho — S.J.R.Preto
Sebastião Expedito Ignácio — Araraquara
Carlos Alberto Iannoni — Araraquara
José Pedro Antunes — Araraquara
Carlos E. Fantinati — Assis
Clécia Cândida A. S. Jubran — Assis
Dirce Tereza Ceribelli — IAP

ILCSE também atua no assentamento rural

O departamento de Sociologia, do Instituto de Letras, Ciências Sociais e Educação — ILCSE — de Araraquara, também começou a trabalhar com o assentamento rural de Silvânia, naquele município, onde 86 famílias de trabalhadores rurais ganharam o direito de uso de 700 hectares de propriedade do governo do Estado. A participação da UNESP no assentamento — fruto de convênio com a Secretaria da Agricultura — teve início em agosto, sob a coordenação do Departamento de Economia Rural da Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias de Jaboticabal. A FCAV vem colaborando de várias maneiras, desde a cessão de máquinas e implementos agrícolas até a orientação sobre plantio, cultivo etc.

A inserção do departamento de Sociologia ocorreu mais recentemente, com o trabalho da professora Vera Lúcia Botta e da aluna Irede Rognoli, do curso de pós-graduação em Sociologia Rural e Urbana. Dois alunos do curso de Economia — Sebastião Ribeiro Guedes e Rita de Cássia Casella — contemplados com bolsa de iniciação científica da Fapesp, também participam.

A principal preocupação do departamento de Sociologia do ILCSE é a de "produzir conhecimentos sobre uma situação nova na política fundiária do país, que é a reforma agrária", segundo explicou a professora Vera Botta. "Não podemos perder a história desse movimento", resumiu. O trabalho consiste no acompanhamento das atividades do assentamento e no levantamento de dados sobre as famílias que dele fazem parte.

IMPORTÂNCIA

Além da contribuição científica propriamente dita, a atuação junto ao assentamento permite a docentes e alunos aperfeiçoar sua capacitação sobre uma situação nova no Brasil, que é a reforma agrária. E a Universidade está sendo chamada para se inserir nessa nova situação; segundo informação da professora Vera Botta, a Fapesp, ao conceder as duas bolsas de iniciação científica, ressaltou a importância do trabalho a que se propuseram os alunos de Araraquara. Esse parecer, segundo a professora do ILCSE, é uma reafirmação da necessidade de a Universidade se preocupar com a reforma agrária.

Na penúltima semana de maio, o INCRA convidou para uma reunião em São Paulo pesquisadores de várias universidades, inclusive da UNESP, para discutir a importância de sua participação na reforma agrária, uma vez que, ao contrário do que sempre aconteceu na história rural brasileira — concentração da propriedade e transferência da mão-de-obra para as cidades — começarão agora a surgir novamente pequenas propriedades e a consequente fixação do homem no campo.

Entrevista: SEVERO GOMES

A reserva de mercado garante o avanço tecnológico

Em seu número anterior, o Jornal da UNESP iniciou um debate sobre o papel da universidade no Brasil pós-inflação, entrevistando o professor Luciano Coutinho, secretário geral do Ministério da Ciência e Tecnologia. Para esta edição, com a perspectiva de ampliar a discussão, o JU entrevistou o senador Severo Gomes, que é também empresário, ou seja, um personagem que convive duplamente com as questões que envolvem a geração de novas tecnologias. Sempre identificado com uma postura nacionalista, o senador é um dos mais intransigentes defensores da reserva de mercado para a informática, política que, no seu modo de entender, deveria ser adotada também em outras áreas como a melhor maneira de provocar o avanço tecnológico nacional.

O senhor acredita que o pacote poderá determinar mudanças significativas na geração de novas tecnologias, no incentivo à ciência praticada no Brasil, no melhor aproveitamento da produção científica das universidades?

Eu acho que o pacote é neutro em relação a essas questões de mudanças em termos de desenvolvimento tecnológico nacional. Ele pode, como está acontecendo, provocar uma retomada do desenvolvimento mas que tanto interessa a empresas nacionais quanto estrangeiras. E é preciso lembrar que mesmo as empresas nacionais, até pela sua dimensão, preferem comprar tecnologia a trabalhar no sentido do seu desenvolvimento interno. A única maneira de se conseguir um avanço tecnológico é com a reserva de mercado. Veja o caso, por exemplo, da indústria automobilística, que existe no Brasil há várias décadas e todos os anos ela vai ao INPI para registrar um novo contrato de assistência técnica até para pequenos serviços. Quer dizer, a indústria automobilística não serviu para desenvolver nada em termos de tecnologia dentro do país. Então, a questão do desenvolvimento tecnológico está ligada à reserva de mercado. Sem isso não há como promover avanços; as universidades vão continuar trabalhando, produzindo, publicando em revistas estrangeiras e não haverá nenhuma ligação entre o processo de formação do pensamento, desenvolvimento científico e tecnológico e o processo produtivo.

O senhor acha que a reserva de mercado na informática está produzindo bons resultados?

Está. E está no começo. Esse é um grande caminho para o futuro.

E o senhor está recebendo alguns acenos do governo para que outras áreas também sejam contempladas com a reserva de mercado?

Realmente existem dentro do governo algumas correntes — declarações do ministro da Indústria e Comércio, José Hugo Castelo Branco, mostram isso — acenando para a conveniência de trabalharmos as áreas de biotecnologia e química fina com reserva de mercado, o mesmo acontecendo, em termos gerais, com toda a indústria de ponta, que é a que apresenta um grande elenco de oportunidades. E, outra questão, é que há certas iniciativas na área do desenvolvimento tecnológico que devem ser tomadas pelo Estado. Houve, no passado, por exemplo, um esforço grande para a construção de um motor a álcool que tivesse nascido com essa vocação. O ITA, em São José dos Campos, trabalhou bastante nisso mas todos os projetos foram abandonados porque nenhuma das empresas envolvidas tinha interesse em desenvolver um motor especial para utilização do álcool como combustível porque esse é um caso peculiaríssimo do Brasil. Essa experiência mostra que o Estado tem que tomar iniciativas. Há muitas pequenas e médias empresas que jamais poderão ter condições de desenvolver tecnologia própria.

Mas nesse caso haveria colaboração da Universidade, dos institutos de pesquisa.

O trânsito entre as empresas e a universidade demandaria de uma interferência de órgãos públicos, como uma Secretaria de Ciência e Tecnologia que financiasse o desenvolvimento de certos projetos. Outra alternativa seria o que está acontecendo em Campinas, com a Codetec, uma empresa que ambiciona ser uma intermediária entre o parque produtivo e o que se faz dentro da universidade. É preciso lembrar que nos Estados Unidos existem institutos de pesquisa que atendem centenas de indústrias de ponta; com a Universidade de Stanford é a mesma coisa. Para esse projeto é preciso ter um horizonte maior e uma visão clara para ligar o desenvolvimento científico, a pesquisa que se faz na universidade e os passos adiante para o avanço dos processos tecnológicos.

O senhor disse que as indústrias preferem importar tecnologia a elas mesmas produzirem. Mas isso reafirma a dependência tecnológica ao capital estrangeiro, ao mundo desenvolvido, além de contribuir no aumento da dívida externa.

O que está em jogo é a economia da indústria. Entre comprar uma tecnologia que está pronta e ficar trabalhando um longo tempo, correndo o risco de não alcançar o mesmo nível, a empresa prefere a primeira alternativa. Ou seja, há uma racionalidade dentro da empresa que você só vence estabelecendo regras gerais dentro do país para que essa busca e essa ênfase na pesquisa sejam desenvolvidas através de instrumentos próprios — até mesmo incentivos fiscais — para que o desenvolvimento tecnológico não fique uma coisa tão onerosa e a empresa tenha estímulo em promovê-lo.

▶▶▶

▶▶▶

Enquanto político e empresário, o senhor concorda com essa preferência pela importação?

O problema não é concordar ou deixar de concordar. Pense a situação de duas empresas concorrentes; uma com uma tecnologia pronta e outra que começa a desenvolver novos projetos para atingir os mesmos fins. A primeira vence a concorrência de mercado e a outra vai à falência. Logo, não é o problema de você achar isso bom ou ruim; é um dado da realidade. Ou se criam condições e regras que submetam todas ao mesmo processo ou vantagens para quem cria tecnologia ou seria impossível se imaginar que uma empresa tenha uma racionalidade diferente daquela que é a de vencer seus concorrentes e ganhar mais dinheiro.

A retomada do desenvolvimento, que já é praticamente um dado da realidade, vai implicar na ampliação dos investimentos. Essa ampliação não poderá dar condições para as empresas nacionais buscarem a sua independência tecnológica?

Essa questão deve ser tratada com cuidado, pois existe o risco de ocorrer exatamente o contrário: se as oportunidades de investimentos forem muito grandes e os capitais nacionais reduzidos, haverá maior investimento estrangeiro e menor desenvolvimento tecnológico interno. Não vejo como casar o plano de estabilização econômica com o avanço tecnológico. A própria lei da informática foi aprovada ainda no governo do general Figueiredo.

Segundo dados da Fundação Getúlio Vargas, o Brasil investiu em 1984 apenas 0,58 por cento do PIB em ciência e tecnologia, enquanto os países desenvolvidos investem uma média de dois por cento ao ano. Como o senhor vê essa diferença?

Essa diferença ocorre porque nós tivemos um modelo de desenvolvimento econômico dependente do capital entrangeiro, sem nenhuma preocupação em desenvolver tecnologias. O Brasil tem produtos com uma tecnologia bastante avançada, mas é tecnologia importada que se resume num roteiro de instruções para ver como se monta a máquina. Sem uma reserva de mercado eu posso internacionalizar tudo, dispensar qualquer tipo de pesquisa e comprar tudo do Exterior. Mas se existir a consciência de que devemos ter um projeto nacional, evidentemente esses percentuais terão de ser alterados. O Brasil precisará investir proporcionalmente mais do que os países desenvolvidos porque estamos muito atrasados.

A criação do Ministério da Ciência e Tecnologia é um sinal para a alteração daqueles percentuais desde já?

É evidente que o Ministério da Ciência e Tecnologia tem o maior desejo para que isso aconteça, mas a disputa de uma fatia maior no orçamento é muito difícil. Podemos considerar que o grande apoio do MCT hoje é o Congresso: quando votamos a lei da informática votamos também mais recursos, que foram vetados pelo presidente da República; quer dizer, o Congresso está sempre disposto a apostar no desenvolvimento tecnológico nacional. Dentro de uma discussão de um orçamento apertado, com déficits, é sempre difícil aumentar sua fatia mas mesmo assim o MCT está começando de uma maneira razoável, principalmente porque existe hoje uma consciência despertada para a importância do desenvolvimento tecnológico interno. E essa consciência é fruto da mobilização que vem ocorrendo e eu acho que o centro disso, o ponto mais importante, foi a discussão da lei de informática.

Ou seja, qualquer avanço só será possível com a movimentação da sociedade e a conseqüente permeabilização do governo a essa movimentação?

Eu acho que o fundamental é a mobilização das forças políticas e sociais. Se essa mobilização avança, o governo vai encaminhar-se nesse sentido. Do contrário, o governo vai ceder a outro tipo de pressão. O exemplo está aí: a informática. Existe uma vontade nacional, o Congresso está mobilizado e o governo vem recebendo pressão dos Estados Unidos para voltar atrás na reserva de mercado. Se não existisse essa mobilização, a reserva para a informática já teria caído. Então, o fundamental é a mobilização das forças políticas internas de todo tipo: da universidade, do sindicato, entre os empresários, entre militares, enfim, a sociedade que acorda querendo governar o seu destino. Isso resulta no aparecimento de novas regras e aí as universidades também vão ser estimuladas a produzir mais e o seu trabalho será melhor aproveitado.

A Assembléia Nacional Constituinte poderá ser um bom começo?

Acredito que sim. Os partidos deverão fazer pesquisas para ficar sabendo o que pensam os mais diversos setores da sociedade e o Congresso vai se mobilizar para ouvir as mais diversas entidades representativas do povo. E as questões da ciência e da tecnologia certamente receberão um tratamento muito cuidadoso.

Lideranças do setor privado atentas; investimento maior é da União.

No atual estágio em que se encontram as relações econômicas mundiais, onde a tecnologia decide situações, quem não der a necessária importância que o assunto merece corre o risco de se ver alijado do mercado mais cedo do que se pode imaginar, principalmente em função da complexidade e do dinamismo que envolvem a questão.

Esta advertência é do diretor do Departamento de Tecnologia — Detec —, da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, José Mindlin, numa mostra que as lideranças do setor produtivo estão atentas para os aspectos relacionados à geração de novas tecnologias, apesar das vantagens decorrentes da aquisição de "pacotes" no Exterior. Para ele, é indispensável o apoio e a concessão de maiores verbas às universidades e institutos, onde se realiza a pesquisa básica, "ponto de partida para a emancipação tecnológica do País", afirmou.

SEM CRITÉRIOS

A criação, no ano passado, do Ministério da Ciência e Tecnologia — MCT — constitui uma iniciativa importante para o incentivo à pesquisa, onde o Brasil se prepara para um salto considerável neste ano. O orçamento do MCT para 1986 é de Cz$ 4 bilhões, importância bem superior à concedida no ano passado, quando o orçamento para essa pasta ficou em Cz$ 477 milhões, acrescidos mais tarde de outros Cz$ 1 bilhão em verbas suplementares. Considerando os recursos de todos os ministérios envolvidos com ciência e tecnologia, o orçamento deste ano sobe para Cz$ 17,5 bilhões.

Mas se o atual governo federal está preocupado com ciência e tecnologia, aumentando os recursos e os mecanismos para sua aplicação e incentivo, o mesmo não aconteceu nos governos anteriores, em que a situação se alternava de ano para ano. Segundo os dados do Centro de Contas Nacionais, da Fundação Getúlio Vargas, em 1984, o País investiu apenas 0,58% do PIB, porcentagem bastante elevada quando comparada aos 0,20% consignados em 1973, mas inferior à parcela do PIB destinada a ciência e tecnologia em 1983 (0,71%), em 1982 (0,66%) e 1981 (0,60%). De um modo geral, são números modestos quando colocados ao lado dos mais de 2% aplicados, por exemplo, pelos Estados Unidos, Alemanha e Japão.

No entanto, além dos investimentos da União, cada Estado mantém dotações orçamentárias destinadas ao setor, embora nos últimos anos esses investimentos tenham sofrido reduções. Em 1985, a soma dos recursos de todos os Estados brasileiros alcançou a cifra de Cz$ 984,5 milhões, 4,8% reais acima dos Cz$ 939 milhões do ano anterior, mas ainda inferior aos quase Cz$ 1,3 bilhão de 1983, ou aos Cz$ 1,2 bilhão de 1982.

A região Sudeste foi a que mais investiu em todos esses anos, com seu orçamento, em 1985, de cerca de Cz$ 470,1 milhões. O Estado de São Paulo, sozinho, destinou à ciência e tecnologia Cz$ 270,8 milhões, um orçamento maior do que o das demais regiões brasileiras. No mesmo ano, a região Nordeste, que inclui nove Estados, reuniu recursos da ordem de Cz$ 228,7 milhões.

Outra fonte de investimentos para a ciência e tecnologia é o setor privado, cujas aplicações, porém, são inferiores às do setor público. Em 1983, o orçamento total das empresas privadas para ciência e tecnologia foi da ordem de Cz$ 47,3 milhões, sendo os conglomerados industrias o ramo de atividade econômica de maior participação, com 46,41% do total investido, cerca de Cz$ 21,9 milhões. Ainda naquele ano, 1.075 empresas privadas executaram programas na área de ciência e tecnologia no País. A indústria paulista, de maior participação no setor, possuía 587 empresas, ou 54,60% do total. O Estado que mais se aproximou deste número foi o Rio Grande do Sul, com 12,10% e 121 empresas.

Apesar de três setores atuarem no setor de ciência e tecnologia — União, Estados e empresas privadas —, José Mindlin reclama que muito do que se faz no Brasil se processa em forma de verdadeiras ilhas, sem a adequada comunicação com o mundo exterior, com a inevitável duplicação de esforços e desperdícios de recursos. Além disso, a falta de divulgação de determinadas pesquisas e resultados (que poderiam detonar o processo de novas investigações) torna-se um fator de retardamento do progresso na área.

Quanto à atuação das multinacionais, o presidente do Detec propõe uma mudança na legislação, "que atentasse muito mais para a forma como as empresas estrangeiras se instalam no País do que para a remessa de lucros para o Exterior apenas". Na opinião de José Mindlin, "é sabido que existe liberdade quase total de investimentos dessas empresas em qualquer setor, com pouquíssimas exceções, para as quais damos o nosso mercado de graça, sem exigir qualquer contrapartida. Cabe a nós, portanto, por meio de uma legislação que permita seletividade do investimento externo, estabelecer condições que assegurem vantagens recíprocas, entre as quais, para o lado brasileiro, a exigência de realização de pesquisa no Brasil e do recebimento de tecnologia aberta, oferecendo-se ao investidor a participação no mercado (atual e futuro) e a segurança de manutenção das regras estabelecidas".

Informações e dados extraídos da revista "Indústria e Desenvolvimento", da Federação e Centro das Indústrias do Estado de São Paulo, maio/84 e março/86.

Aconteceu nas unidades

• Nos dias 6 e 7 deste mês, no Instituto de Biociência, Campus de Rio Claro, o VII Encontro de Mirmecologia do Estado de São Paulo. As palestras — sobre o estudo ou tratamento acerca das formigas — foram proferidas por Carminda Landim (UNESP — Rio Claro), Evaldo Vilela (Universidade Federal de Viçosa — MG), Klaus Jaffé (Universidade Simon Bolivar — Venezuela) e Nielsy Puglia (USP).

• No dia 30 de maio, no Departamento de Botânica do IBILCE, campus de São José do Rio Preto, a sessão Técnica anual da Sociedade Botânica do Brasil — Seção Regional de São Paulo, coordenado pelo prof. Paulo G. Windsch. Na abertura da programação, pela manhã, foi feita uma palestra pela profª. Nanuza de Menezes, sobre a situação atual da pesquisa botânica nos campos rupestres do Brasil. Na parte da tarde, houve apresentação de trabalhos científicos, sendo discutido o processo de troca de informações sobre as diferentes linhas de pesquisa botânica, que vêm sendo desenvolvida no interior do Estado de São Paulo.

• De 19 a 23 de maio, na Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia — FMVZ —, em Botucatu, o I Ciclo Internacional de Palestras sobre Bioclimatologia Animal. Ao todo foram seis palestras, proferidas por docentes da UNESP e por pesquisadores da **Station de Bioclimatologie** (França) e da EMBRAPA.

• No dia 13 de maio, na Faculdade de História, Direito e Serviço Social, campus de Franca, o Seminário sobre "A Pesquisa Histórica Através das Agências Financiadoras Nacionais", com a participação de representantes do CNPq, CAPES, FAPESP e FINEP. O evento, organizado pela Coordenação do Mestrado em História, teve por objetivo informar a comunidade universitária sobre a política de auxílio daquelas agências.

Jornada supera expectativas

A 1ª Jornada de Ciências Sociais da Faculdade de Educação, Filosofia, Ciências Sociais e da Documentação, dedicada ao estudo da obra do sociólogo Florestan Fernandes, reuniu mais de seiscentos cientistas em Marília nos dias 22 a 24 de maio. Havia participantes do Rio de Janeiro, Brasília, Ceará, Pará, Bahia, Paraná e Santa Catarina. Os organizadores estavam prevendo o máximo de duzentos participantes. O homenageado esteve presente e fez duas intervenções.

Jornada Pedagógica em Marília

Será realizada em setembro, no campus de Marília, uma Jornada Pedagógica, promoção conjunta da FEFCSD com as secretarias da Educação estadual e municipal. O objetivo é a aproximação de alunos e professores universitários aos professores e especialistas do ensino de 1º e 2º graus.

Em discussão, o ensino de Matemática

Neste mês, em campus distintos, dois eventos para se tratar de uma mesma área: O Ensino da Matemática.

O IBILCE — São José do Rio Preto, promoverá nos dias 19 e 20, o "Encontro sobre o Ensino da Matemática", com a participação de estudantes e docentes de instituições de ensino superior e do 1º e 2º graus. Este encontro tem por finalidade debater os problemas do ensino e sobre o maior intercâmbio da universidade com o magistério secundário.

E nos dias 5 e 6 passados, no IGCE — Rio Claro, foi realizado o II Simpósio de Iniciação Científica em Ensino da Matemática. Com a coordenação do professor Geraldo Perez, os objetivos do evento foram a divulgação de conhecimentos, idéias e projetos de pesquisa em andamento para professores de matemática de 1º, 2º e 3º graus e para alunos de cursos de licenciatura em matemática, visando a melhoria do ensino dessa disciplina no país. Contou com apoio do IGGE, CAPES, CAC, CNPq, Sociedade Brasileira de Matemática e Secretaria da Educação do Estado de São Paulo.

Funcionária de Rio Claro lança livro de poemas

Jovelina Morateli, funcionária na Biblioteca do Instituto de Biociências, de Rio Claro, fará o lançamento de seu livro de poemas "Ciranda Luar na Varanda". O evento, marcado para o dia 28 de junho, na Sociedade Filarmônica Rioclarense, com início às 10:30 horas, faz parte dos festejos de aniversário do Município de Rio Claro e tem o apoio da Prefeitura, Academia de Letras Piracicabana, Editora Sheikinah e Diário do Rio Claro.

Cronista há mais de vinte anos no Jornal "Diário do Rio Claro", a autora será laureada pela segunda vez este ano com o prêmio "Robalo de Ouro Brasil", cujo objetivo é homenagear profissionais que se destacam nas mais diversas áreas.

Estão previstos também para este ano, lançamentos de mais cinco obras de Jovelina. Morateli, que ainda estão no prelo: "Laivos de Céu e Poeira da Rua" (crônicas sobre Rio Claro antigo), "A Força da Fé e a Perseverança no Trabalho Edificaram um Templo", "Um Trecho do Caminho" (autobiografia) e "Gosto de Amora Vida Agora" (crônicas).

O campus da FCAV está localizando numa fazenda

FACV comemora 20º aniversário

O campus de Jaboticabal esteve em festa, comemorando o 20º aniversário da Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias, com a apresentação de uma variada programação para os docentes, alunos, funcionários e para a comunidade local. O dia do aniversário é 1º de junho, mas as festividades começaram no dia 26 de maio, com o hastiamento da bandeira acompanhado pelo Hino Nacional, e o plantio de uma árvore. A cidade parabenizou a Faculdade com algumas faixas, participando também da programação, que contou com uma exposição de arte com obras de Lasar Segal, nas dependências do Banco do Brasil; apresentação em praça pública do Grupo Tarancon, e no dia 30 de maio um Baile Comemorativo, homenagem da Sociedade Filarmônica Pietro Mascagni. No domingo, dia 1º, houve um show da dupla sertaneja "Liu e Léo", que animou pela manhã a praça da Catedral, no centro de Jaboticabal.

Em Botucatu, congresso de engenharia

Será realizado na Faculdade de Ciências Agronômicas de Botucatu, o XV Congresso de Enganharia Agrícola, no período de 8 a 12 de julho, com a promoção da Sociedade Brasileira de Engenharia Agrícola (SBEA). O congresso terá como tema principal "A Engenharia Agrícola e a Seca nas Diferentes Regiões do Brasil".

Segundo os organizadores, o Congresso deverá ter um grande número de participantes devido à sua não realização em 1985. Além disso, desta vez haverá áreas distintas para a apresentação de trabalhos, simpósios, cursos e palestras, abrangendo temas com a Mecanização Agrícola e Energia, Tecnologia de Aplicação de Agrotóxicos, Engenharia do Solo e da Água, Processamento de Produtos Agrícolas, Construções Agrícolas, Ambientais e Equipamentos Conexos, Aerofotogrametria, Fotointerpretação e Sensoreamento, Pesquisa, Ensino e Extensão. Informações no Departamento de Engenhana Rural, da FCA. Caixa Postal, 237 — Cep — 18.600, Botucatu.

ADUNESP com nova diretoria

A nova diretoria da ADUNESP tomou posse no dia 4 de junho, em solenidade realizada na Faculdade de História, Direito e Serviço Social, em Franca. Geraldo Élvio Ballesteros (presidente), Antônio Merisse (secretário geral), Luís Orlando Coelho (1º secretário), Teresa Malatinan (2º secretário), Helton Alves Faleiros (tesoureiro geral), José Roberto Ruggero (1º tesoureiro) e Panteleão Fernandes Silva (2º tesoureiro) são os novos diretores, para um mandato de dois anos.

A eleição foi realizada entre os dias 19 e 23 de maio, em todas as unidades. Dos 1.460 associados à ADUNESP, 989 compareceram às urnas e 889 votaram na chapa única; houve 22 votos nulos e 78 em branco.

Paralelamente, foi realizada também a eleição para a diretoria da ANDES. A chapa 1 (vitoriosa no pleito a nível nacional) teve 662 votos entre os docentes da UNESP; a chapa 2, 240 votos.

Professora Sônia no Copagri

A professora Sônia Maria Bergamasco, da Faculdade de Ciências Agronômicas — FCA — de Botucatu, foi designada pelo secretário da Agricultura, Gilberto Dupas, para fazer parte do Conselho de Política Agrícola. O Copagri foi recentemente criado pelo Governador do Estado e tem, na sua composição, a presença de personalidades ligadas à agropecuária e representantes de órgãos oficiais do setor.

A professora Sônia foi a coordenadora da comissão constituída pela Reitoria para elaborar um projeto de utilização das fazendas da Universidade.

Corais se apresentaram em P.Prudente

No encontro em Presidente Prudente, a ênfase para os sons do cotidiano

Foi realizado no dia 1º de junho, em Presidente Prudente, o 10º Encontro de Corais da UNESP, nas dependências do Parque de Uso Múltiplo, com a presença de populares. Participaram todos campus da Universidade e também a reitoria, num total de 15 conjuntos e 350 integrantes.

Há dois anos sem ser realizado, o Encontro teve, desta vez, uma estrutura diferente, planejada pelo regente Samuel Kerr, professor do IAP. A canção "Há mil sons no ar", de Bené Fonteles, serviu como espinha dorsal e como tema para que os corais das unidades tentassem reproduzir os sons que estão no dia-a-dia das pessoas. Além disso — e como sempre acontece — houve a apresentação de uma esquecida marchinha do carnaval de 1926 — "Eu Vi" — e também da música "Estrela do Mar". Segundo Samuel Kerr, o Encontro foi "Uma grande oficina-coral e ao mesmo tempo valorizou-se nosso cancioneiro popular".

HISTÓRIA

Os Encontros tiveram início em 1978, como proposta de lazer e integração entre alunos, professores e funcionários das diversas unidades e como incentivo para o aparecimento de novos conjuntos. Uma fórmula que deu certo, segundo o professor Samuel Kerr: "Como os Encontros mostram um momento de congraçamento, as pessoas se entusiasmavam e acabavam criando um coral na sua unidade".

O conjunto é organizado por um aluno do curso de bacharelado em composição e regência do IAP, que, assim, tem uma oportunidade de trabalhar com os aspectos estruturais e estéticos de um coral.

Docentes são premiados

O Prêmio "Arthur Mendonça" da Associação Paulista de Medicina, foi outorgado aos professores Rosa Marlene Viero e Marcelo Fabiano de Franco, ambos da Faculdade de Medicina de Botucatu.

O trabalho premiado foi realizado no curso de Pós-Graduação em "Bases Gerais da Cirurgia Experimental", coordenado pelo prof. Dr. William Saad Hossne. É o 17º prêmio conquistado por alunos e orientadores deste curso de pós-graduação e o 48º da Faculdade de Medicina de Botucatu.

IAP

A professora Neide Marcondes, do Departamento de Comunicação e Expressão do Instituto de Artes do Planalto — IAP —, de São Paulo, foi uma das ganhadoras do Prêmio Internacional de Artes Plásticas Brasil-Extremo Oriente.

O professor Regis Duprat, também daquele Departamento, apresentou no Congresso Internacional de Bruxelas e no Congresso Português de Musicologia duas comunicações sobre a musicologia brasileira: "Une découvèrte au Brésil: Les manuscrits musicaux de Moji das Cruzes 1730" e "A Polifonia Seiscentista Portuguesa em Minas Gerais do século XVIII".

Matrículas na pós-graduação da FCA

A Faculdade de Ciência Agronômicas do campus de Botucatu oferece curso de pós-graduação em Agronomia, área de concentração Energia na Agricultura, a níveis de mestrado, com 15 vagas, e doutorado, 10 vagas.

O curso tem por objetivo aprimorar a formação de docentes, pesquisadores e profissionais especializados prioritariamente no estudo de fontes alternativas de energia, inseridos nos núcleos: Racionalização do Uso da Energia na Agricultura e Produção de Biomassa para fins Energéticos.

O aluno que anteriormente tenha freqüentado cursos de mesmo nível, na condição de aluno regular, em programas de pós-graduação ministrados na UNESP ou em outras Instituições, poderá ter aproveitado seus créditos.

O pedido de inscrição deverá ser apresentado à Faculdade de Ciências Agronômicas, no período de 2 a 30 de junho, tanto para mestrado como para doutorado. Para maiores informações, entrar em contato com o setor de pós-graduação da FCA, no telefone (0149) — 22-3883, ramal 13, ou caixa postal, 237 — CEP — 18.600.

FO de Araçatuba publica relatório das atividades de Extensão

O Departamento de Odontologia Social, disciplina Odontologia Preventiva e Sanitária, da Faculdade de Odontologia de Araçatuba, publicou um relatório das atividades extra-muro desenvolvidas em 1985. E a extensão de serviços à comunidade seguiu as prioridades da saúde pública, através do atendimento a escolares e à pessoas carentes de recursos financeiros. Participaram docentes e alunos do último ano do curso.

As atividades constaram do programa de Serviços Odontológico Rural (S.O.R.), realizado nos distritos de Santo Antonio do Aracanguá e de Major Prado, num total de 1.282 atendimentos em 287 horas de trabalho. E o Serviço Odontológico Assistencial (S.O.A.), atendendo na Zona urbana uma creche e três centros educacionais, num total de 2.396 atendimentos em 681 horas de trabalho.

Através dos serviços prestados pela FO, de acordo com a tabela do M.P.A.S., verificou-se uma economia de Cz$ 320.031,20 se estas pessoas carentes fossem atendidas por clínicas particulares.

FCA cria Núcleo de Extensão

Aprofundar o relacionamento Universidade-Sociedade, é o que pretende a Faculdade de Ciências Agronômicas, campus de Botucatu, através da criação do Núcleo de Extensão de Serviços à Comunidade. O NESC, segundo seus idealizadores, surgiu diante da constatação do atual "caráter disperso e tradicional das atividades de extensão, o que indica, de imediato a necessidade de sua revisão e organização, em função da atual conjuntura do país, marcada por profundas transformações sociais, econômicas e políticas".

Nas diretrizes para atuação do NESC, que vêm tendo ampla aceitação no conjunto da comunidade universitária, estão previstos três níveis de ações principais: estimular o desenvolvimento agrícola regional, apoiar e complementar o Ensino e a Pesquisa e prestar apoio técnico.

Programação musical do IAP

O IAP dá continuidade às apresentações musicais de alunos e professores, aos sábados, 15h30, no Museu de Arte Sacra de São Paulo (Av. Tiradentes, 676). A programação de maio teve dois recitais de piano (dias 10 e 24), cada um executado por três alunos, com comentários e apresentação do prof. Attílio Mastrogiovani; nos dias 17 e 31, o prof. Igor Lintz, apresentou um programa de iniciação à música eletrônica, mostrando peças com voz e instrumentos eletrônicos compostas em quatro décadas diferentes. Para junho foram programados os seguintes eventos: dia 7, palestra da profª Maria de Lourdes Sekeff, sobre obras de Villa Lobos; dia 14, o aluno Abel Rocha regerá o Coral Collegium Musicum de S.P.; dia 22 (domingo, exepcionalmente), o prof. Carlos Kaminski, regerá o Madrigal do IAP, apresentando músicas renascentistas; no dia 28, é a vez do Coral da UNESP, sob a regência do maestro Samuel Kerr. Como essas atividades são consideradas extensão de serviços à comunidade, a entrada é franqueada ao público.

Com seus quase 362 mil livros e 1.852 títulos de periódicos correntes, para um universo de 12 mil usuários, a situação das 17 bibliotecas da UNESP foi analisada por uma comissão de docentes. Aqui, uma síntese do relatório apresentado e dois artigos abordando a questão, além de um quadro geral dos acervos.

Comissão sugere soluções em dois níveis

A Reitoria criou, no ano passado, uma comissão de assessoramento que discutiu a Sistematização e o Desenvolvimento dos Trabalhos das Bibliotecas da UNESP, que contou com representantes de todas as unidades, sob a coordenação do professor Norberto da Silva, da Faculdade de Ciências Agronômicas, de Botucatu. Foram debatidos, durante quatro reuniões, os problemas das bibliotecas das unidades e sua integração com a Biblioteca Central, localizada no campus de Marília, visando aperfeiçoar e uniformizar o trabalho e o atendimento a professores e alunos.

Uma das preocupações principais da Comissão é melhorar o atendimento aos usuários.

A partir de um levantamento das necessidades básicas, relatadas pelos representantes dos diferentes campus e considerando que a conservação, utilização e ampliação do acervo são fundamentais para o ensino, a pesquisa e a extensão de serviços, a comissão registrou e ordenou os problemas e concluiu que a solução depende da implantação de duas linhas interligadas de ação. Uma, ao nível da própria Universidade, a ser desenvolvida pelos seus órgãos superiores, e outra em relação à estruturação das bibliotecas em função das necessidades dos usuários

No primeiro caso, a comissão sugere a implantação de uma política e prioridades para os serviços das bibliotecas, principalmente quanto a destinação de uma dotação orçamentária porcentualmente fixa e suficiente para a aquisição anual de livros e assinatura de periódicos. Isso implica na liberação de verbas em tempo hábil, considerando que as assinaturas para determinado ano iniciam-se em setembro do ano anterior e os pedidos efetuados após o primeiro trimestre acarretam atraso nas assinaturas e o consequente não recebimento de alguns exemplares. As verbas para aquisição de livros poderão, contudo, ser liberados trimestralmente. Prioritário também seria a alteração do impedimento de duplicação de títulos, principalmente periódicos, já que existem cursos ou disciplinas iguais em campus diferentes.

Ainda no aspecto da aquisição de livros e periódicos, foi discutida a ampliação da autonomia das bibliotecas, que, sob a coordenação de um serviço central, poderiam melhorar o atendimento aos usuários. Dotar as bibliotecas com equipamentos de telecomunicação e integrá-las ao Centro de Computação e Informática também ajudaria na eficiência dos serviços e no controle do acervo. Vinculado a esses aspectos, a comissão sugeriu também que se promovam estudos para uma reforma administrativa de todas as bibliotecas para, entre outras coisas, evitar a duplicação de seções que têm os mesmos fins; e que o bibliotecário chefe ou o diretor técnico esteja diretamente ligado ao diretor da unidade.

Outra proposta é a criação de comissões de bibliotecas em todas as unidades, compostas pelo responsável e por representantes de professores e alunos dos cursos existentes. As atribuições dessas comissões seriam elaborar e atualizar regularmente estudos para a formação do acervo de periódicos e organizar listas de publicações nacionais e internacionais a serem adquiridas anualmente. Elas se dedicariam também à questões sobre extensão de serviços à comunidade, através de organização de cursos, palestras, atividades culturais, exposições circulantes etc.

Em substituição a atual Biblioteca Central, localizada no campus de Marília, a comissão indicou a criação de uma Coordenadoria das Bibliotecas, a ser dirigida por Diretor com formação em biblioteconomia e por um Conselho com um representante de cada biblioteca da Universidade.

Universidade e Biblioteca

MARCOS MACARI

A Universidade depende fundamentalmente de dois fatores: recursos humanos e Biblioteca. Estes alicérceres determinam o rumo desenvolvimentista da Universidade, seja na formação dos recursos humanos para a sociedade, seja na produção do conhecimento científico. A pergunta que pode ser feita para uma Instituição de Ensino e Pesquisa e que porventura quer ser rotulada de Universidade é a seguinte: pode uma Universidade sobreviver e desenvolver sem uma boa Biblioteca? Evidentemente que a resposta dependerá, e muito, dos administradores desta Instituição e qual o objetivo que estes querem dar à mesma. Curiosamente, o entrelaçamento entre recursos humanos e Biblioteca, na Universidade, é tão grande que não podemos desvincular um do outro. Assim, poderíamos dizer, se os recursos humanos que compõem a Instituição são de alto nível técnico-científico, é comum que o poder de pressão sobre a administração seja forte, a tal ponto que a Biblioteca atenda às necessidades do pessoal que compõem a Instituição. Por outro lado, se a Instituição é de terceira ou quarta grandeza, e os recursos humanos também o são, é comum que as exigências de melhores condições do acervo bibliográfico sejam poucas, pois as necessidades de atualização dos conhecimentos científicos também são secundárias. Contudo, cremos que poderíamos traçar um paralelo entre grandeza da Instituição e Biblioteca. Não conhecemos uma "grande" Universidade com uma "má" Biblioteca, nem uma "má" Universidade com "boa" Biblioteca.

Outro ponto que poderíamos discorrer é referente ao patrimônio que uma Biblioteca representa para a Instituição. O grande patrimônio da Instituição está localizado na sua Biblioteca, pois não podemos comparar o custo de equipamentos (que têm vida útil relativamente curta) com os livros/periódicos que compõem o acervo bibliográfico. Podemos imaginar o valor técnico-científico-cultural de uma coleção completa de um periódico, por exemplo, Journal of Physiology, iniciado no século passado? ou um livro, da primeira edição, por exemplo, de Claude Bernard? ou partituras de Mozart, Beethoven, etc...? A riqueza que poderá estar dentro das quatro paredes da Biblioteca de uma Universidade espelha o grau de desenvolvimento da mesma e, é lógico, dos administradores e recursos humanos que estão ou passaram pela Instituição.

Não gostaríamos de, nestas poucas linhas, tratar das bibliotecas da rede da UNESP, pois muitas não as conhecemos. Mas, a tentação é muita para não dizermos absolutamente nada. Assim, gostaríamos de terminar este artigo lembrando duas sugestões, já propostas por Docentes de alguns campi da UNESP, quando da elaboração do ante-projeto ao novo estatuto, e que, a nosso ver, deveriam ser estatutárias e indispensáveis para a melhoria de nossas bibliotecas:

1. O presidente da "Coordenadoria das Bibliotecas da UNESP" deverá ter assento no C.O.;

2. O percentual de 2 a 3% do orçamento da Universidade deverá ser utilizado para atendimento das necessidades das bibliotecas da rede UNESP.

O autor é docente na FCAV, campus de Jaboticabal

Superando as dificuldades

TEREZA DA S.F. OLIVEIRA

A Biblioteca Central da UNESP, criada a 13 de junho de 1977, pela Resolução UNESP n.º 10, constitui o Órgão de Coordenação da Rede de Bibliotecas da Universidade.

Instalada no Campus de Marília, a Biblioteca Central forma, juntamente com o Curso de Biblioteconomia, o Núcleo de Biblioteconomia da UNESP, assegurando unidade de diretrizes entre ensino e prática desses serviços, no âmbito de toda a Universidade.

A nível da Rede, seus princípios geram em função das condições de igualdade entre os usuários e a reciprocidade de acervos, estabelecidos através dos serviços de Comutação Documentária, Intercâmbio, Notificação Corrente (sumários) etc... Por intermédio deles, qualquer usuário da UNESP, indiferentemente do campus em que atua, tem direito a receber, gratuitamente ou por empréstimo, a literatura de que necessita.

Isto representa que a informação alocada no patrimônio de determinado campus pertence a todos e, por conseguinte, a abertura de seu uso para um universo maior de leitores maximiza o seu rendimento e diminui a faixa de ociosidade dos acervos.

Nessas circunstâncias, a estrutura administrativa do sistema de bibliotecas da UNESP tem se distinguido, no contexto das demais bibliotecas universitárias do país, justamente pela participação em comum de bens bibliográficos.

Ainda, aliam-se aos propósitos de coordenação de serviços as diretrizes para o tratamento, recuperação e disseminação da informação, bem como o estabelecimento de uma política de seleção e aquisição de materiais bibliográficos para as 17 bibliotecas da Rede.

Nesses moldes, desde a instalação da Biblioteca Central, os esforços evidados são no sentido de sanar as deficiências de acervos com os recursos da própria Universidade e alguns subsídios das instituições de fomento. Entretanto, no decorrer desses anos, vários fatores externos, como a falta de complementação de verbas por parte dos órgãos governamentais, altos custos da produção editorial no país e Exterior, explosão documentária, desvalorização da moeda nacional etc. se constituiram em determinantes para uma defasagem bastante acentuada, tanto no que se refere ao crescimento dos acervos quanto na qualidade de certos serviços prestados.

No âmbito da UNESP, os estudos demonstram que as carências e deficiências resultam de uma acumulação histórica de dificuldade generalizadas, que não podem ser sanadas em curto espaço de tempo e com recursos financeiros limitados.

Nesse sentido, a atual Reitoria, ciente da necessidade de ampliar as condições para fortalecimento dos acervos, investiu no ano transato importância correspondente a Cz$ 4.700.000,00 (quatro milhões e setecentos mil cruzados), total esse treze vezes maior do que havia sido gasto em 1984, iniciando assim, por segmentos prioritários, toda uma política de melhoria das bibliotecas integrantes do sistema.

Para o ano em curso, o montante destinado a livros foi quintuplicado, com prioridades, na distribuição, para as Ciências Humanas e Sociais, e as perspectivas para as aquisições de revistas são de assegurar as renovações dos títulos básicos, à nível de cada curso ministrado.

Por outro lado, numa avaliação dos serviços desenvolvidos pela Rede, até o presente momento, destacam-se atividades altamente significativas, tais como: Aquisição Planificada de Material Bibliográfico; Elaboração dos Catálogos de Periódicos e Teses; Serviço de Comutação Documentária; Sumários de Periódicos Correntes; Estruturação do Serviço de Microfilmagem; Registro Patrimonial dos Bens Bibliográficos; Distribuição das Revistas editadas pela UNESP; Integração da Rede de Bibliotecas ao Programa COMUT e inúmeros outros serviços.

Enfim, supérfluo se torna registrar a necessidade premente da Informática, visando maior rendimento e eficácia dos serviços das Bibliotecas e por conseguinte, do ensino e pesquisa na Universidade.

A autora é diretora da Biblioteca Central da UNESP e professora no curso de Biblioteconomia da FEFCSD, campus de Marília.

As bibliotecas da UNESP e seus acervos

UNIDADES	LIVROS	TÍTULOS PERIOD.
BIBLIOTECA CENTRAL	2.750	01
ARAÇATUBA	5.063	53
ARARAQUARA	FCF/FO 8.841 ILCSE 37.334 IQ 3,689	FC/FO 127 ILCSE 349 IQ 90
ASSIS	47.906	84
BOTUCATU	14.937	382
FRANCA	31.773	26
GUARATINGUETÁ	8.472	47
ILHA SOLTEIRA	7.559	35
S. PAULO DE PIRATININGA	6.330	40
JABOTICABAL	15.979	119
MARÍLIA	52.405	102
PRESIDENTE PRUDENTE	36.557	78
RIO CLARO	24.907	183
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	5.184	43
SÃO JOSÉ DO RIO PRETO	52.293	93
TOTAL	361.979	

Fonte: Biblioteca Central

Encontro de professores de Física discutiu melhoria do ensino e pesquisa

Criar condições para que os docentes possam executar mais facilmente as pesquisas de pós-graduação; incentivar as unidades a se aproximarem mais das entidades financiadoras de pesquisa; ampliar o atendimento aos professores do segundo grau; concentrar as linhas de pesquisa ao nível de departamento ou unidade. Essas foram algumas decisões tomadas no 1º Encontro de Professores de Física da UNESP, realizado nos dias 08 e 9 de maio no Instituto de Geociências e Ciências Exatas — IGCE —, em Rio Claro. Estiveram presentes docentes da Universidade e do Instituto de Física Teórica (veja box).

O Encontro, realizado com o patrocínio da Comissão de Atividades Culturais, contou com a discussão de dois grandes temas e de uma reunião plenária, no encerramento. A abertura se deu através de uma apresentação de painéis.

PESQUISA

No primeiro tema levado ao debate — sobre as condições para o desenvolvimento da pesquisa na UNESP — foram apresentadas várias reivindicações e estabelecidas algumas diretrizes. Ficou definido que é prioritária a formação e qualificação de docentes, devendo os pós-graduandos dispor de tempo suficiente para concluirem suas pesquisas; deve-se, além do mais, chegar-se a uma situação na qual cada docente tenha uma carga máxima de seis horas aula por semana. Os docentes querem também que as unidades recorram com mais frequência às entidades financiadoras de pesquisa (Finep, Fapesp, Capes, CNPq) e que passe a existir um intercâmbio dentro da própria universidade.

Outra decisão é que os físicos da UNESP concentrem, sempre que puderem, seus trabalhos de pesquisa em determinadas linhas, o que facilitaria a obtenção de recursos e viabilizaria o aparecimento de grandes projetos.

ENSINO

Para a discussão do segundo tema — as condições gerais para o ensino de Física na UNESP — os docentes se dividiram em grupos e deliberaram uma série de recomendações: incentivar a divulgação, entre as unidades, das realizações e das soluções encontradas para problemas de ensino; informar sistematicamente os alunos de graduação sobre as pesquisas concluídas pelos docentes; ampliar as relações com a rede oficial de ensino, criando mecanismos para que os professores do segundo grau possam voltar para a universidade através de estágios, cursos etc.No Encontro, as docentes reclamaram da situação em que se encontram os laboratórios e sugeriram a criação de uma comissão para estudar o problema.

Quanto a criação de novos cursos de Física na UNESP — também discutida em Rio Claro — foi constituído um grupo de trabalho que irá verificar as condições para isso.

A opinião geral dos participantes do Encontro é que a iniciativa teve, êxito. E ficou decidido que em 1987 ele será realizado novamente.

Começou o entrosamento entre docentes da Universidade e do Instituto de Física Teórica

Durante o Encontro de Rio Claro aconteceu o primeiro contato entre docentes da UNESP e do Instituto de Física Teórica, com base no convênio assinado entre as duas entidades em abril. E o resultado foi a apresentação de algumas propostas que darão início à cooperação mútua:

— O professor Alfredo Galeão, coordenador do convênio pelo lado da UNESP, entrou em contato com um docente de cada campus para ser o responsável pela divulgação do convênio em sua unidade.

— O IFT vai enviar, a cada 15 dias, para cada unidade, uma relação de **preprints** (primeira versão de um trabalho científico que está sendo submetido a publicação). Vai enviar, a cada 30 dias, sumários dos periódicos mais importantes, sendo que cada docente poderá solicitar cópias do trabalho que desejar.

— Começou a ser estudado o credenciamento de professores da UNESP para orientarem alunos de pós-graduação do IFT.

— O IFT vai reservar mesas de trabalho para os docentes da UNESP.

EXTENSÃO

Ceao desenvolve projetos em Araraquara

Planos efetivos de ação sempre ocorrem quando as necessidades se tornam prementes de soluções. Isso foi, basicamente, o que levou alguns docentes do Departamento de Psicologia da Educação do ILCSE, campus de Araraquara, a criar o Centro de Estudos, Assessoria e Orientação Educativa "Dante Moreira Leite". O Ceao teve origem na avaliação psicológica de uma criança, por solicitação de seu pediatra, e na elaboração de um método especial para alfabetização de um adolescente, a pedido de seus pais; hoje, tem o status de Unidade Auxiliar, desenvolve quatro grandes projetos e conta com o reconhecimento — via convênios — de órgãos como a Prefeitura de Araraquara, a Secretaria de Estado da Promoção Social e a Secretaria da Educação Superior (Sesu) do MEC.

A evolução do Ceao, verificada a partir de 1977 — quando os docentes do Departamento de Psicologia da Educação receberam aquelas duas solicitações isoladas —, faz com que o rol de seus objetivos se amplie constantemente. Em resumo, porém, sua atuação se dá no atendimento a grandes grupos da comunidade, combinando a extensão de serviços com a pesquisa e o ensino.

"LENDO E ESCREVENDO"

O Centro ocupa três salas no Instituto de Letras, Ciências Sociais e Educação e é dirigido por um conselho de 11 membros, incluindo os representantes de três Departamentos que atuam conjuntamente no Ceao. Uma estrutura simples mas suficiente para desenvolver programas de importância imensurável, como o "Lendo e Escrevendo". Coordenado pelo professor Valdemar Tadeu Vollet, o "Lendo e Escrevendo" idealiza e aplica esquemas de alfabetização adequados ao nível do desenvolvimento e ao ritmo da aprendizagem de crianças com repetidos fracassos escolares. Ou seja, a clientela do projeto são crianças com três, quatro e até cinco anos de repetência na primeira série do primeiro grau. E os índices de aprovação, após a aplicação do "Lendo e Escrevendo" são significativos: 86, 88% em 1983, 82,69% em 1984 e 74,49% em 1985. Naquele primeiro ano foi atendida uma escola de Araraquara; no segundo ano, quatro escolas; e no terceiro, oito, número mantido em 1986 já com o apoio da Sesu.

Segundo a professora Orlene de Lurdes Capaldo, supervisora do Ceao, "os resultados obtidos têm provocado expectativas na comunidade escolar do primeiro grau e a Delagacia de Ensino vem solicitando a expansão do projeto para outras escolas da cidade".

ADORÁVEL "NINHO"

Em 1979, as professoras Orlene Capaldo e Suely Botta Marchezi começaram a trabalhar junto ao Lar Nosso Ninho, uma instituição beneficente que abriga 50 crianças abandonadas e/ou deficientes na faixa dos 4 aos 18 anos. E lá elas implantaram uma nova prática, centrada exclusivamente na criança e seu mundo: "Uma prática segundo a qual — explica Suely Marchezzi — o sentimento de perda ou abandono, a segregação social e a surdez do adulto diante dos desejos infantis podem ser substituídos por condições mais favoráveis ao processo de formação da identidade da criança".

Conclusão: o Nosso Ninho superou sua característica inicial, passando de um simples **abrigo** de crianças com diferentes tipos e graus de deficiência para uma **casa** de crianças abandonadas mas educáveis. Elas freqüentam escolas, se iniciam no trabalho e ajudam na manutenção e conservação das dependências da entidade. E não há ocorrência de fugas, apesar de os portões ficarem abertos.

O "Plano de Atendimento Psicopedagógico às crianças do Nosso Ninho" foi submetido, no final do ano passado, à apreciação da Secretaria da Promoção Social, que o aprovou e passou a subvencioná-lo.

PREVENÇÃO

Em outro projeto do Ceao, desta vez a partir de um convênio com a Prefeitura de Araraquara, as professoras Marlene Aparecida Arnoldi e Durlei de Carvalho Cavicchia auxiliam na definição dos programas de educação e saúde do Município, executados nos 18 Centros de Educação e Recreação e nos 8 Centros Municipais de Saúde. O objetivo é ajudar pais e educadores no sentido de eles atuarem melhor no desenvolvimento das crianças, prevenindo e neutralizando as condições desvantajosas e, por outro lado, estimulando as condições favoráveis ao desenvolvimento.

Essa atividade, dividida em três projetos, conta, além das duas docentes, com o trabalho de sete estagiárias do Curso de Pedagogia, quatro psicólogas, assistentes sociais, médicos e enfermeiras.

Nos planos, mais uma atividade para o Ceao: a criação de um serviço de orientação e informação profissional, procurando atender basicamente os jovens egressos do ensino de segundo grau.

PESQUISA

Uma nova maneira de matar ervas daninhas

Se um raio que cai das nuvens pode matar uma frondosa árvore, por que outros vegetais não poderiam também ser aniquilados por choques elétricos ministrados pelo homem? Foi a partir dessa questão que dois docentes da Faculdade de Ciências Agronômicas de Botucatu (FCA) começaram a desenvolver um trabalho de pesquisa que poderá trazer soluções importantes para problemas com o meio ambiente e com a economia nacional, além de dar ao Brasil o domínio de uma técnica até então inédita em todo o mundo.

Na verdade, a descoberta dos professores Augusto Eira e Fernanda Almeida, como eles mesmos definem, "é um verdadeiro ovo de Colombo". Intrigados com a questão do raio que mata uma inocente árvore, eles começaram a pensar num meio de acabar com as malfadadas ervas daninhas aplicando choques elétricos. O que poderá determinar o fim ou pelo menos a diminuição do uso de agrotóxicos, cuja aplicação vem provocando prejuízos à natureza e ao homem, além de pesar desfavoravelmente ao país na balança de pagamentos uma vez que são fabricados, na sua maioria, por indústrias multinacionais.

UM SEGUNDO

A pesquisa está prestes a entrar na fase de avaliação da viabilidade de custo, um ano depois de ter sido iniciada. O primeiro teste foi feito com um faiscador elétrico de um aparelho normalmente utilizado para análise de biogás: uma planta levou um choque e morreu. O ovo de Colombo estava em pé. A partir daí, restava viabilizar a primeira parte da pesquisa, o que contou com o apoio da CESP.

Essas tiriricas receberam uma dose de mil joules e depois de sete dias estavam praticamente mortas.

Utilizando equipamentos de bancada, as principais ervas daninhas encontradas no Brasil foram levadas para testes no laboratório. O picão preto, relativamente frágil, pode ser morto com um choque de 100 joules, o que equivale a uma lâmpada de cem watts acesa por um segundo. Já o aniquilamento de uma tiririca, a mais difícil de ser destruída, necessita de 3.000 joules (um chuveiro elétrico ligado por um segundo).

Um raio destrói uma árvore ou o choque dos professores Augusto e Fernando igualmente aniquila ervas daninhas porque a corrente elétrica que percorre o vegetal desarranja a sua fisiologia. E os efeitos principais são a evaporação do suco celular pela dissipação de energia nos tecidos vegetais na forma de calor (efeito Joule), destruição de moléculas orgânicas de importância vital (desnaturação de enzimas, ácidos nucleicos, núcleo-proteínas etc) e rompimento do equilíbrio iônico em células e tecidos, causando distúrbios irreversíveis à absorção e translocação de água e nutrientes.

ECONOMIA

Em 1984, foram aplicados nas lavouras do Brasil 42.500 toneladas de herbicidas, a um custo aproximado de 380 milhões de dólares. E mais: o agrotóxico é produzido na indústria petroquímica, com princípio ativo e tecnologia importados. Na opinião dos dois professores da FCA, esses dados justificam a conclusão da pesquisa. Apesar de ainda faltar a parte final, eles já admitem que o "mata mato eletro-eletrônico" será viável economicamente, com custos entre 50 e 70% menores do que o herbicida.

Com base nos equipamentos e nos testes em laboratório, Augusto Eira e Fernando Almeida projetaram a aplicação do "mata mato eletro-eletrônico" no campo com o uso de um moto-gerador (a álcool, diesel ou gasolina) de 60 a 180 HP, acompanhado de um elevador de tensão de 50 a 120 KVA e dos eletrocutores, que pode ser qualquer bom condutor de energia. O projeto prevê ainda a instalação de um sistema de proteção para excluir os riscos de choque para quem estiver operando.

E outra vantagem é que a descoberta pode servir também para matar vegetais — como o aguapé — que vivem na água, onde a aplicação de agrotóxico é totalmente desaconselhável.